

HOJE TEM DEBATE SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Debate Reforma da Previdência

Data: 16 de abril - terça-feira

**Local: Auditório do Sindicato
dos Bancários de Itabuna**

Horário: 18h

**Palestrante: Ana Georgina Dias -
Supervisora Técnica do Dieese**

Participem!

PEC: 06/2019

IMPACTOS NEGATIVOS À CLASSE TRABALHADORA

O Sindicato dos Bancários convida a todos os trabalhadores e trabalhadoras à comparecerem ao debate sobre a Reforma da Previdência Social que foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo federal.

Os impactos são extremamente nocivos e a luta é imprescindível.

Contamos com a participação de todos (as)!



O Sindicato convida toda categoria a participarem do debate “Reforma da Previdência: Impactos negativos à classe trabalhadora”, com a Supervisora Técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), Ana Georgina Dias. Na oportunidade, Ana Georgina irá tratar dos aspectos nocivos dessa proposta, bem como quais são as orientações do Dieese para com a classe trabalhadora.

“É muito importante que todos tirem suas

dúvidas e se informem sobre essa proposta que irá prejudicar diretamente a classe trabalhadora. Por isso, esperamos que a nossa categoria compareça neste evento que tem como ponto principal apontar onde os trabalhadores e trabalhadoras serão lesados”, declarou Jorge Barbosa, presidente do Sindicato.

O encontro será realizado no auditório do Sindicato, a partir das 18h.

Participem!

ENQUETE SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA. DIGA NÃO!

A população não pode perder a oportunidade de mostrar o posicionamento referente à proposta nefasta do governo que quer mudar as regras da aposentadoria do trabalhador. Com a justificativa de saber a opinião da população, a Câmara Federal disponibilizou enquete no site.

A consulta quer saber o que a pessoa acha da PEC 6/2019. Questiona se discorda totalmente da proposta, discorda na maior parte, concorda totalmente, concorda na maior parte e está indeciso.

Basta acessar o <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2192459> e deixar a opinião. A enquete ainda tem um espaço para comen-



tários para mostrar o que a pessoa considera como ponto negativo ou positivo na reforma da Previdência.

Vale destacar que a proposta vai prejudicar os trabalhadores, principalmente os mais pobres, além de destruir a Previdência e a Seguridade Social. (SBBA)

BRASILEIRO NÃO SE PREPARA PARA A APOSENTADORIA



Seis em cada 10 brasileiros, ou 59%, afirmam que não estão se preparando para a hora de se aposentar. É o que aponta pesquisa realizada pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) e pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), em parceria com o Banco Central.

Sem emprego, não dá para o brasileiro pagar conta, imagina poupar. Esse é justamente o motivo revelado pelos entrevistados que não fazem plano financeiro para a aposentadoria.

Segundo o levantamento, 36% alegam não sobrar dinheiro no orçamento e 18% atribuem a ausência de planejamento ao fato de estarem desempregados. Para outros 17%, não vale a pena guardar o pouco que sobra.

Entre os que se preparam para a aposentadoria (41%), o índice é maior entre homens (45,1%), trabalhadores entre 35 e 54 anos (43,2%) e das classes A e B (54,9%).

A pesquisa mostra que a maioria dos brasileiros não se prepara para a aposentadoria. E, se a reforma da Previdência de Bolsonaro for aprovada, o sonho de se aposentar ficará ainda mais distante. Além de dificultar em termos de tempo de serviço e contribuição, a proposta cria o regime de capitalização, em que o cidadão faz uma espécie de poupança privada.

Fonte: SBBA

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: SÔNIA

Tarde: AMAURY

A CRUEL DEMOLIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O plano de Bolsonaro prevê o esfacelamento gradual do atual regime de repartição até sua provável extinção, enquanto os regimes de capitalização privados e públicos se fortalecem.

Por Guilherme Santos Mello*

A proposta do governo Bolsonaro para a previdência (e assistência social) não pode ser chamada de “reforma”. Seu objetivo não é melhorar o regime atualmente existente, como aconteceria em uma reforma, mas demolir as bases do atual sistema de seguridade social, substituindo-o por um sistema de capitalização privado. Na prática, isso significa a mudança do princípio da solidariedade social pela lógica individual, substituindo-se a ideia de “um por todos e todos por um” pelo lema “cada um por si e Deus (acima) por todos”.



Para pôr em prática a demolição, o plano de Bolsonaro prevê um processo de esfacelamento gradual do atual regime de repartição até sua provável extinção, enquanto os regimes de capitalização privados e públicos se fortalecem. A lógica é simples: se a previdência atual se tornar tão desinteressante a ponto de quase ninguém optar por contribuir para ela, sobrarão apenas os regimes de capitalização, em que somente quem recebe bons salários irá de fato participar.

Em 2015, 60% das pessoas aposentadas por idade não conseguiram comprovar 20 anos de contribuição. Ou seja, a maioria dos aposentados brasileiros se aposenta com 65 anos conseguindo comprovar, com grande esforço, 15 anos de contribuição para a previdência. No atual projeto de Bolsonaro, esses milhões de brasileiros, em sua maioria composta de trabalhadores de baixa remuneração, estariam sem receber aposentadoria, transformando-os e a suas famílias em pobres.

Mas a crueldade não para por aí: os poucos que conseguirem, em um mercado de trabalho cada vez mais disputado, informal e com menos bons empregos, comprovar 20 anos de contribuição, receberão apenas 60% da média de seus salários. Caso um trabalhador se aposente com contribuições que lhe dariam direito a receber um benefício no valor de R\$ 2000, na proposta de Bolsonaro ele receberá apenas 60% desse valor, tendo como limite inferior o salário mínimo. Ou seja, a renda dos trabalhadores irá sofrer uma abrupta redução no momento da aposentadoria.

Se estivermos falando de um trabalhador rural, a situação se complica ainda mais. A reforma de Bolsonaro praticamente inviabiliza a aposentadoria do trabalhador pobre do campo, exigindo a comprovação de 20 anos de contribuição com um valor mínimo de R\$ 600 reais, completamente incompatível com a realidade dos camponeses, marcada pela informalidade e pelo baixo rendimento.

Alguém poderá dizer: mas se o trabalhador for muito pobre e não conseguir comprovar 20 anos de contribuição poderá pedir um benefício assistencial (o chamado Benefício de Prestação Continuada) e receber um salário mínimo. Mas a cruel proposta de Bolsonaro também retira esse direito dos brasileiros, já que estabelece a idade de 70 anos para que o pobre receba o valor de um salário mínimo. Antes disso, o trabalhador poderá receber um benefício de R\$ 400 a partir dos 60, sem nenhuma previsão de reajuste desse valor pela inflação.

E os ricos, como ficam nisso? De fato, a única boa notícia da proposta apresentada por Bolsonaro é que os salários mais altos pagarão alíquotas maiores para a previdência e que alguns terão que se aposentar mais tarde. O que a proposta não diz, no entanto, é que muitos dos trabalhadores mais ricos irão optar por não contribuir com a previdência pública, devido à liberalização da pejetização e da terceirização feita pela reforma trabalhista de Temer. Ou seja, os ricos encontrarão uma forma de se proteger, tornando-se PJ e pagando uma previdência privada, enquanto os pobres estarão submetidos a regras cruéis da moribunda previdência pública, que quando não impedem sua aposentadoria, reduzem significativamente sua renda.

Diante da perspectiva de não conseguir se aposentar, muitos trabalhadores também irão optar por não contribuir com a previdência, aumentando a informalidade e a precarização. A combinação de regime de capitalização com a criação da chamada “carteira verde e amarela” prometida por Bolsonaro será o golpe de morte na seguridade social brasileira, instituindo de uma vez por todas a era dos “sem direitos”. A redução dos gastos com aposentadoria virá de mãos dadas com a redução das receitas previdenciárias, o que poderá alterar significativamente a previsão ilusória de ganhos fiscais da proposta de Bolsonaro.

Se o trabalhador brasileiro sobreviver ao desemprego, à violência (inclusive policial) e aos cada vez mais precários serviços públicos, terá como prêmio uma velhice miserável. Felizes estarão apenas os bancos, que irão ganhar muito dinheiro administrando e cobrando taxas dos trabalhadores que tiverem condições de optar pela previdência privada.

*Guilherme Santos Mello é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP).